ISSN 1679-0316

Cadernos IHU Idéias

O Ruído de Guerra e o Silêncio de Deus

Dr. Manfred Zeuch

ano 1 - nº 5 - 2003 - 1679-0316

UNISINOS

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor
Aloysio Bohnen, SJ
Vice-reitor
Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Centro de Ciências Humanas
Diretor
José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos
Coordenador
Inácio Neutzling, SJ

Cadernos IHU Idéias
Ano 1 – Nº 05 – 2003

ISSN 1679-0316

Editor
Inácio Neutzling, SJ

Conselho Editorial
Dárnis Corbellini, Laurício Neumann,
Rosa Maria Serra Bavaresco e Vera Regina Schmitz

Responsável técnico
Telmo Adams

Editoração e impressão
Gráfica da Unisinos

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Instituto Humanitas Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.5908223 – Fax: 51.5908467
humanitas@poa.unisinos.br
www.ihu.unisinos.br

O RUÍDO DE GUERRA E O SILÊNCIO DE DEUS

Manfred Zeuch[1]

1 O Ruído de Guerra

Desde março temos presenciado, em tempo real, uma guerra anunciada. Temos novamente assistindo ao terror. Nós temos assistido, na verdade, desde o início dos anos 1990, à materialização de uma "lógica de guerra", na qual um chefe de estado ocidental disse estarmos entrando, em 1991, antes da primeira guerra contra o Iraque. Desde então, assim estima-se, as intervenções militares ocidentais no mundo, especialmente a das forças americanas, foram mais numerosas do que em todo o período de 1945-1990.[2]

Com o ruir do muro de Berlim e do império soviético, George Bush anunciava a criação de uma "nova ordem mundial". No final da guerra do Golfo, em janeiro de 1991, Bush dizia: "Nós temos trabalhado duramente pela liberdade há dois séculos. Nesta noite nós lideramos o mundo numa prova de força de uma ameaça contra a dignidade e a humanidade. Há mais em jogo do que um pequeno país– uma grande idéia: uma nova ordem mundial... Há dois séculos a América serve para o mundo como brilhante modelo de liberdade e democracia... Hoje, num mundo que se modifica rapidamente, o papel de liderança da América é inevitável, indispensável".[3]

A nova ordem mundial de Bush seria a tentativa de elevar constantemente, no século XXI, o nível de vida dos cidadãos americanos, a "construção nacional" e a manutenção ou instauração da "democracia", da justiça e da paz no resto do mundo. Na tentativa de realizar este intento, a ordem liderada pelos governos americanos chega ao uso repetido da

---

1 Professor e pesquisador na Universidade Luterana do Brasil, Canoas, RS. Doutor em Teologia pela Universidade Marc Bloch, Strasbourg II, UMB, França; e bacharel em Telogia pela Faculdade de Teologia do Seminário Concórdia, CEC, Brasil. E-mail: manfred@ulbra.tche.br

2 Cf. Serfati.

3 Apud Skriver, 1991, 482.

maquinária bélica. Esta nação sofre uma agressão terrorista sem precedentes, em setembro de 2001, num cenário de horror. Para punir esta agressão e prevenir novas, prevenir o mal, precisam entrar em ação as forças do bem. A guerra contra o Iraque hoje é uma guerra preventiva, em que o bem procura conter o mal. Começou com a guerra do Afeganistão, numa operação de "justiça infinita", e se prolonga hoje no Iraque. As perdas humanas inocentes são manifestações inevitáveis numa "guerra justa" e procuram evitar o mal maior. A guerra é moderna e tecnológica e pode ser feita com contornos bem nítidos, cirúrgicos e rapidamente. Assim se diz ao mundo.

Mas de acordo com vozes críticas, e pelo que vemos no desenrolar dos fatos, se conclui que o que estamos vivendo faz parte de uma "economia de guerra" inerente às instituições capitalistas, especialmente da contra-reforma neoliberal que iniciou nos anos 1970, e na verdade o 11 de setembro de 2001 foi por assim dizer um fato legitimador da execução de planos econômico-militares que vêm sendo feitos há bem mais tempo nos círculos do atual presidente dos Estados Unidos. É veiculado o fato de que dois ou três altos responsáveis próximos a Bush, representando o conglomerado financeiro industrial-petrolífero-militar, não somente decidiram com ele a invasão do Iraque no dia seguinte ao ataque terrorista de Nova Iorque, como preconizavam há tempo uma tal invasão. As "condições duvidosas" (*Le Monde*) da eleição de Bush são tidas como um fator que havia tornado difícil a realização de um objetivo, que com o 11 de setembro se viu totalmente realizável.[4]

Os fatos que levaram a decisões unipolares como esta guerra são os meandros da crise econômica mundial que vem afetando até mesmo a nação americana. As intervenções militares nos anos 1990, a guerra contra a Sérvia, Afeganistão e agora Iraque testemunham, assim se diz, que a guerra tornou-se um modelo de funcionamento do capitalismo americano[5], um modo de defesa do seu capital, de expansão do mesmo, e de manutenção da primazia mundial. Em 1999 o governo americano anunciava o aumento significativo do orçamento militar em mais de 110 bilhões de dólares até 2003, o que fazia de grandes grupos de armamento atrativos da bolsa financeira, ao mesmo tempo em que se consolidava seu poder de influência na sociedade e política dos Estados Unidos[6].

Se no início do século XIX o teórico militar (prussiano) Carl von Klausewitz (1780-1831) podia afirmar que a guerra era a

4 Cf. *Le Monde Diplomatique*, cahier.
5 Cf. Serfati.
6 Idibid.

continuação da política com o emprego de outros meios, tem-se hoje mais e mais a convicção de que estamos testemunhando a "desestatização e privatização da guerra, que especialmente nas últimas três décadas deixou de ser um instrumento de interesses políticos, tornando-se uma espécie de objetivação lucrativa econômico-privativa e acumulação de riquezas"[7]. Os generais "apenas repassam e operacionalizam decisões", como disse o sociólogo Luis Fernando Garzon. "Executivos políticos viraram generais. Generais viraram soldados. Soldados viraram máquinas."

O filósofo húngaro Meszáros sustenta que a crise que se enfrenta hoje não é mera crise política, mas uma crise estrutural geral das instituições capitalistas de controle social na sua totalidade. As instituições do capitalismo são inerentemente violentas e agressivas: elas são edificadas sobre a premissa fundamental que prescreve a "guerra, se falham os métodos 'normais' de expansão"[8].

Guerra, quando os limites locais do crescimento e expansão são atingidos, é a única saída como forma de reajustar a relação dominante de forças, uma forma agressiva que caracteriza o capitalismo neoliberal, onde reina "a cega 'lei natural' do mecanismo de mercado", da sobrevivência e supremacia do mais forte às custas do menor. Na análise de Meszáros, o inelutável resultado desta lei é que "os graves problemas sociais necessariamente associados à produção e à concentração de capital jamais são solucionados, mas apenas adiados e de fato transferidos ao plano militar, dado que o adiamento não pode se dar indefinidamente"[9].

No palco da guerra do Iraque, no inferno que lá aconteceu e ainda acontece, vimos entradas de cenas que mostram os responsáveis por ela pronunciando-se. Assim, no fim de março, eles reafirmam o que seria o objetivo desta guerra que seria reputada justa e moral: as tropas invasoras estariam, conforme Bush, "agindo de forma brilhante"[10], no mesmo dia em que soldados americanos, por temerem as novas variáveis dos militantes suicidas misturados aos civis, matam treze mulheres e crianças num veículo. Só neste ato, o presente e o futuro de dezenas de pessoas simples são mutilados e aniquilados. Neste mesmo dia é declarado que esta invasão deverá levar "alimentos, liberdade e uma vida melhor aos iraquianos". Fome, desgraça e uma vida de inferno é o que eles vivem na verdade

7 Cf. Reyer, 2003, 15.
8 Meszáros, 2002, 1001ss. Agradeço ao meu colega Prof. Ottmar Teske pela indicação desse autor.
9 Idibid.
10 *Correio do Povo*, 1/4/2003, p.5.

graças ao pesado embargo ocidental há mais de uma década. A saúde e a educação são as primeiras vítimas das sanções internacionais, e os iraquianos vivem mil e uma privações devido a elas e à indiferença e repressão impiedosa do agora destituído Saddam Hussein, antigo aliado e treinado pelo governo americano.[11]

Falta de alimento, falta de liberdade e uma vida indigna é o que centenas de milhões vivem no planeta. Esta guerra porém se trava declaradamente por intereses norte-americanos, que até agora não têm provas suficientes sobre a existência dos armamentros iraquianos e que assumiram a guerra desta envergadura pelo motivo da derrubada de um governo, o de Saddam Hussein. Como disse um comentador do *Le Monde*, há uma mudança no cenário mundial pelo fato de o governo dos Estados Unidos estar ignorando o direito internacional, organizações como a ONU, e de estar identificando de agora em diante seus próprios interesses com o direito.[12]

O aumento considerável do orçamento militar americano leva este país a realizar "guerras preventivas" contra países soberanos, que se baseiam em suposições, desequilibrando assim o direito internacional, adotando com isto uma política unilateral que está inquietando até mesmo seus mais próximos aliados[13]. Rumsfeld articulava uma nebulosa "guerra contra o terrorismo", um conceito que nem mesmo está claramente definido no âmbito da ONU e que permite também mundo afora a governos que pouco prezam os direitos humanos de acentuarem uma política de repressão e de restringirem a liberdade de seus cidadãos. A guerra de Rumsefld contra o "terrorismo" devia ser, como ele disse, "uma guerra sem compromissos e sem regras"[14], e o que estamos vendo hoje é precisamente o surgimento de um novo terrorismo, o iraquiano. Muitos entendem que a unipolaridade e unilateralidade desta ação bélica prometem desestabilizar ainda mais o mundo que já se encontra, conforme alguns, na mais delicada situação desde a Segunda Guerra Mundial.

Se olharmos para o resultado da guerra contra o Afeganistão, veremos que o que foi aberto lá não é tanto a porta da

11 Governo que, aliás, vem preferindo homens fortes e ditaduras, cf. Reyer. Lembro aqui de uma carta escrita pelo Bispo americano Robert Bowmann a Bil Clinton, em que explica por que pensa que "somos alvos dos terroristas": "porque, em boa parte do mundo, nosso governo defende a ditadura, a escravidão e a exploração humana. Somos alvos de terroristas porque nos odeiam".

12 *Le Monde Diplomatique*.

13 Idibid.

14 Cf. Garzon.

liberdade, a possibilidade de uma vida digna, quanto um estabelecimento militar e uma rota comercial para o Cáucaso. No Afeganistão, aparentemente já esquecido, permanecem as cinzas e ruínas da indignidade: a mídia relata[15] que os direitos humanos, especialmente os da mulher, continuam sendo pisoteados, a destruição da *Al Qaeda*, objetivo alegado da guerra, aparentemente um fracasso, pois os principais responsáveis permanecem dispersos, organizando atentados mundo afora – e se pronunciando agora numa convocação para novos atentados – e a autoridade do presidente afegão empossado por Washington parece não ultrapassar os limites de Cabul, sendo que sua própria proteção é assegurada por forças estrangeiras, ou seja, Afeganistão mergulhou novamente no caos.

Os iraquianos merecem alimento, liberdade e uma vida melhor. Mas o mundo inteiro sabe que esta ação bélica é contra um país que exportava "um milhão de barris de petróleo diariamente para os Estados Unidos" e que um governo dócil certamente facilitaria as coisas. Tem sido questionado que, se o capitalismo americano, que vemos aqui empregado no arsenal, realmente preocupa-se com as tribulações dos povos minoritários, como curdos e xiitas no Iraque, por que permitiu que Saddam e sua Guarda Republicana os massacrassem após a guerra do Golfo?[16] Estima-se que o Iraque representava maior perigo em 1991 do que hoje, após décadas de sanções que já fizeram, conforme estimativas, mais de um milhão de mortos, além do uso de urânio empobrecido na guerra de 1991, que foi usado posteriormente também no Kosovo.

O anúncio de uma guerra rápida, limpa e cirúrgica, "brilhante", das forças que representam a maior economia mundial, cede à realidade do horror e suscita, hoje, mais intensamente do que nunca, a reflexão sobre direito e justiça. O brilho que o mundo viu são as luzes milionárias da destruição nas noites do Iraque e o luzir vermelho do sangue nos corpos de inocentes cidadãos mulheres, crianças e homens.

Não preciso falar do ruído mundial de protesto, inquietação e indignação que este "rufar de tambores" bélico multibilionário tem suscitado no mundo, inclusive na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Hoje, como na Europa dos anos 1930 e 1940, pessoas estão se perguntando: onde está Deus nisso tudo? Deus? Ele está no comando dos aviões que levaram duas torres ao chão e mutilação e morte de terror para milhares de inocentes. Deus está no comando do terrorismo do islamismo extremista. Deus?

15 *Le Monde Diplomatique*.

16 Cf. Peterson.

Deus está no comando dos Tomahawk, dos Apache e dos B52. Deus aparece no discurso religioso em ambos os lados. É isto que Deus está dizendo e fazendo? É esta a fala de Deus? Existe uma "guerra justa" que tivesse a anuência e o beneplácito de Deus?

2 A Questão da "Guerra Justa"

As igrejas do ocidente levaram praticamente um século para mudar sua posição ética em relação à paz. Na Primeira Guerra Mundial ainda havia um entusiasmo bélico do qual participavam até mesmo os pregadores do evangelho. Só depois da Segunda Guerra, esta concordância foi se atenuando[17].

No momento de sua fundação, o Conselho Mundial de Igrejas declarou que "não deve haver guerra, de acordo com a vontade de Deus"[18]. Esta convicção ganhou terreno também durante e depois da guerra fria: A escalada de armas de destruição em massa ameaçava toda vida humana. Com elas, as potências polarizadas pretendiam intimidar uma à outra, mas o passar do tempo trouxe a convicção de que é altamente questionável se este tipo de armas manteria ou até criaria a paz. Esta convicção se expressa também no novo catecismo da Igreja Católica (2304ss).

A tradição luterana tem incorporado em seus textos referenciais do século XVI a afirmação de que uma das atribuições dos cristãos é "fazer guerra justa" (CA XVI), reportando-se a Agostinho e Thomás de Aquino. Este conceito já vem dos antigos gregos e romanos e foi incorporado na teologia. Também é refletido no âmbito do direito natural. Diante das mudanças de nosso século, com o espectro da destruição em massa das armas modernas, muitos cristãos têm sido reticentes com esta noção, e fala-se hoje em "paz justa ao invés de guerra justa". A Federação Luterana Mundial lançou nos anos 1980 um apelo que se chegue a um consenso sobre a questão do *iure bellare*, seguindo uma tendência que desde 1945 cada vez mais vê a guerra como "imoral". Harding Mayer, teólogo pesquisador do Instituto Ecumênico de Estrasburgo, disse em 1990 que, caso houver um consenso entre as igrejas luteranas de que o anseio de paz, que também permeia a *Confessio Augustana* e seu artigo XVI, não pode hoje mais ser concretizado por meios belicistas,

17 Cf. Reyer, 2003, 12.
18 Idibid, 13.

então elas deveriam abandonar a noção do *iure bellare*[19] e considerar isto como revisão normativa de seu próprio documento confessional.

A Igreja Evangélica Unida da Alemanha afirmou em 2001 que a justiça não tem nada a ver com guerra, mas com paz, e que por isso seria preciso repensar o conceito de guerra justa. Semelhante declaração se lê num pronunciamento da conferência nacional dos Bispos Católicos na Alemanha, em 2002, cujo título – paz justa – conscientemente se distancia do conceito de guerra justa[20]. Nesta abordagem, não se trata tanto, segundo Nauerth (2002), da legitimação da ação do Estado, mas de verificar a legitimidade ética da ação do Estado. A ênfase aqui é aumentar o âmbito de reflexão sobre a guerra justa, integrando e enfatizando o primado da prevenção e da solução construtiva de conflitos.

O bispo alemão Andreas Laun, no entanto, lembra, num artigo publicado em jornal (*Die Tagespost*), que o conceito antigo da guerra justa nunca teve a intenção de promover o belicismo, mas pelo contrário de conter o risco de guerra o máximo possível e de aceitá-lo eventualmente como o mais amargo e extremo recurso, que ele nomeia todas as barreiras morais que devem ou evitar totalmente a guerra, ou admiti-la em caso extremo, quando somente poderia ser qualificado de justo do ponto de vista das vítimas, uma vez que de qualquer maneira a guerra sempre pressupõe a injustiça e pessoas que a praticam. Ou nas palavras do citado *Catecismo*, o recurso à violência sempre implica riscos físicos e morais com suas ruínas e mortes, e toda guerra traz o mal e a injustiça (2306, 2307). Para Lutero, o verdadeiro promotor das guerras era o diabo. Segundo as convenções da ONU, todos os países membros devem abster-se do emprego da violência contra um Estado soberano e de qualquer ameaça que contradiga os objetivos das Nações Unidas. Na verdade, não existe objetivo para o qual a guerra seria um meio proporcional e totalmente justo. Retomando uma frase de Wolfgang Huber: "Passamos da ilegalização dos meios da guerra para a ilegalização da guerra como meio"[21].

Esta convicção crescente fez com que houvesse no caso específico uma "unidade inédita" por parte das igrejas cristãs na

19 Nauerth (2002) indica as fraquezas do antigo conceito de guerra justa: 1. O nome infeliz guerra justa foi e é um convite para se legitimar a guerra. 2. A doutrina da guerra justa tradicionalmente foi compreendida como regra para príncipes, onde os súditos simplesmente tinham que submeter-se a eles, sem opinião própria. 3. Faltava ainda naquela época a noção de prevenção de guerra, as possibilidades de solução de conflitos isenta de violência.
20 Cf. Reyer, 2003, 14.
21 *Gibt es einen gerechten Krieg?*

rejeição severa da guerra contra o Iraque, de católicos, ortodoxos e protestantes, inclusive da Igreja Unida Metodista, à qual pertence George W. Bush. O papa disse que esta guerra seria uma "derrota da humanidade". A igreja da minha própria tradição no Brasil, através das duas denominações luteranas aqui existentes, publicou uma declaração oficial dos dois presidentes rejeitando a guerra, qualificando-a de "arbitrária, insensata e desumana" e declarando que a guerra não é um "meio [...] legítimo nem eficaz, muito menos moral, para atingir a paz e vencer o terrorismo. Ao contrário, seu resultado é a instigação de ódio ainda maior"[22].

Por que esta unanimidade?

É sentimento geral de que esta guerra "não cheira à justiça", que ela não se enquadra em nenhum dos critérios tradicionais da justificação moral de uma guerra. O teólogo Hans Küng, por exemplo, representa esta opinião, para quem esta guerra é contrária ao direito internacional e é imoral.[23] No caso desta guerra, a dificuldade do juízo sobre a sua moralidade é ainda mais difícil, uma vez que só se pode definir objetivos justos no âmbito de uma concepção de ordem que é aceita por toda a comunidade internacional, além do fato de que finalmente os homens não dispõem de um parâmetro absoluto de justiça que justificaria o exercício da violência letal.[24] Em todos os casos,

22 *Declaração* de 24/3/2003

23 Küng argumenta que o primeiro critério, a causa justa (*causa iusta*), não é respeitado, porque a guerra se caracteriza por agressão preventiva, baseada numa suposição de ameaça pela propriedade de armas de destruição em massa do Iraque. E a própria existência destas armas teoricamente ainda não significa que Saddam Hussein as usaria como se teme. O segundo critério: a intenção justa (*intentio recta*): Faltando até hoje as provas fornecidas à comunidade internacional da efetiva propriedade de tais armas, a finalidade alegada é a derrubada de um regime político ditatorial. Por que não derrubaram outros tantos regimes da história e atualidade? Terceiro critério: a proporcionalidade (*debitus modus*), ou seja, a guerra deve ser realizada com meios proporcionais. Neste caso, Küng afirma que não se pode exigir como preço da eliminação de um ditador sanguinário uma catástrofe humanitária com milhares de mortos e feridos e centenas de milhares de refugiados. O quarto critério é a instância ou autoridade legítima (*legitima potestas/auctoritas principis*). No caso presente, uma vez que nenhum estado foi atacado e que não há ameaça imediata, esta instância é unicamente o conselho de segurança da ONU. A atual ação desrespeitou a posição da ONU no conflito. Quinto, a guerra deve ser o último recurso (*ultima ratio*) para eliminar o mal. Há consenso de que havia outros meios de chegar a soluções razoáveis no conflito, inclusive uma melhor participação da Liga Árabe, que reconheceu não ter feito o que pôde para evitar a guerra. Último critério: o respeito do direito internacional. Este, representado pela ONU, foi ignorado, como foi também o ataque a um estado soberano com fins de mudar o seu regime.

24 Cf. Wolfgang Huber/Hans-Richard Reuter: Friedensethik. Stuttgart u.a. 1990, S. 295 f., citado em *Gibt es einen gerechten Krieg?*

conforme o Bispo Laun[25], uma guerra só poderia ser justificável dentro de um absoluto estado de emergência, mas o seu sentimento, que expressa o de milhões de pessoas no mundo, é que esta guerra não apresenta justificativa. Não é a nação atacada que precisa apresentar as provas para justificá-la, mas as nações que pensam dever realizar esta guerra. Não apresentando os motivos segundo a compreensão dos critérios da "guerra justa", e muito menos aguardando a análise e o veredito da comunidade internacional – o julgamento do observador mais neutro –, estão dando ao mundo a impressão de que "a justiça obedece à força, e não a força à justiça". Uma pergunta candente é: "parece que os Estados Unidos agora têm um poder absoluto. A tentação para a corrupção está aí. Seus dirigentes vão resistir, ou já sucumbiram a ela?" Sir John Acton (1736-1811) dizia: "O poder tende à corrupção. O poder absoluto corrompe de maneira absoluta"[26].

Desde os anos 1945 se dizia que fazer guerra é imoral. Hoje observa-se o fenômeno contrário: faz-se guerra por alegados motivos morais. O filósofo Karl Otto Hondrich escreve: "a intensidade de nossa moral é que permite que a história das guerras não termine nunca. Os sentimentos morais e a violência estimulam-se mutuamente até o ápice"[27]. O sociólogo Ulrich Beck parafraseia Clausewitz: "e a guerra torna-se a continuação da moral com outros meios"[28].

A conclusão de Reyer é que por isso os critérios da antiga doutrina de guerra justa não serão capazes de conter a nova disposição bélica: nem terroristas nem moralistas vão se impressionar por eles. Onde a política desemboca na violência, ela já perdeu seu primado e legitimidade.[29]

Esta moralidade se reveste de uma força extra que tem a função de lhe conferir autoridade inquestionável, que é a idéia de Deus. Para muitos, porém, Deus não está neste discurso.

25 Laun, *Amerika gegen Irak*.

26 Cf. Laun.

27 Cf. Reyer, 2003, 15.

28 Idibid.

29 Idibid. Tem sido de opinião pública que o governo americano beligerante não tem moral, apesar de todos os motivos morais alegados, para apelar para leis internacionais de direitos humanos no tratamento da guerra e do inimigo. Por sua violência inerente, o moralismo perde toda moral e a única legitimação é a sua autolegitimação.